

Elementos para uma psiquiatria social e cultural

Dr. Augusto Costa Conceição*

* Médico Psiquiatra, Mestre em Saúde Coletiva, Membro de The Black Psychiatrists Association of America.
Membro da Associação Brasileira de Psiquiatria, Presidente da Associação Brasileira de Etnopsiquiatria.

RESUMO

A Organização Panamericana de Saúde, OPAS, propõe que a Saúde Mental deve aproximar-se do contexto socio-cultural. Essa é uma proposta adequada e atual principalmente a regiões com o perfil semelhante ao Estado da Bahia.

Entretanto para que não seja reduzida a uma mera declaração de intenções, é pré condição a promoção da reorganização dos serviços de saúde mental, bem como a reformulação da formação e treinamento dos profissionais.

Nesse artigo são focalizadas as funções do Patrimônio Cultural de origem africana, no contexto de globalização do capitalismo, e do seu efeito mais evidente entre nós, o fenômeno da Exclusão Social, que para a área da saúde mental produz o que chamamos de PSICOPATOLOGIA DA EXCLUSÃO.

O artigo apresenta como sugestão a adaptação do conceito de Resiliência, como uma possibilidade inicial de encontrarmos caminhos que possibilitem a articulação positiva entre saúde mental e cultura em particular as culturas de origem africana.

Palavras chave: Saúde mental, psicopatologia da exclusão, resiliência, cultura africana.

INTRODUÇÃO

Se examinarmos a cultura de origem africana hoje presente em varias regiões do mundo que configuram o que costumamos chamar de Diáspora Africana, percebemos que mesmo quando focalizamos um espaço geográfico específico, como no caso a cidade do Salvador/Bahia/Brasil, referimo-nos a um fenômeno cujos elos se difundem em uma escala continental e intercontinental, geralmente exibindo um potencial de articulação com culturas de base semelhante, (no caso da América Latina entre as culturas africanas e as ameríndias) e que podem constituir-se em inspiração, que venha fundamentar a formulação de ações alternativas a problemática

Elements for a social and cultural psychiatry

ABSTRACT

The Pan-American Organization of Health, OPAS, proposes that Mental Health should approach the cultural context. That is an appropriate and current proposal mainly to areas with a profile similar to that of the State of Bahia.

However in order not to be reduced to a mere declaration of intentions, it is a previous condition to promote of the reorganization of the mental health services, as well as the reformulation of the professionals' formation and training.

In this article the functions of the cultural heritage of African origin are focused in the context of globalization of the capitalism and its more evident effect among us, the phenomenon of Social Exclusion, that for the area of mental health produces what we call EXCLUSION PSYCHOPATOLOGY.

The article presents as suggestion the adaptation of the concept of Resilience as an initial possibility of finding roads that make possible the positive articulation between mental health and the cultures of African origin

Key words: Mental health, exclusion psychopathology, resilience, African culture.

atual da afirmação e desenvolvimento de regiões e grupos no contexto do chamado capitalismo global. A sua singularidade reside na possibilidade de permitir o resgate do espírito de iniciativa e criatividade de populações e agentes investidos culturalmente, bem como evidenciar a influencia que essas culturas vem exercendo no processo de modernização das sociedades em questão, mesmo quando se trata de contexto sócio político excludente.

Para o exame das culturas de origem africana, se faz necessário considerar os seus antecedentes históricos para compreender a contribuição dos afros descendentes na constituição do processo civilizatório dos países da Diáspora.¹ Desde o período pré-colonial já identificamos uma África, que destarte a

ação das chamadas “potencias estrangeiras”, conserva ao longo da sua historia, soberba variedade geográfica, cultural étnica e política. Possui esse continente cerca de 40 estados-nação, mais de 1000 línguas faladas, quatro grandes desertos que são o Saara, Kalahami, Líbia e o Núbia, florestas, campinas e montanhas majestosas, muitos rios, destacando-se o Nilo, que percorre mais de 6000 km, do lago Vitória até o Mediterrâneo, reservas de minérios e petróleo, e uma combinação societária moldada por uma enorme variedade de influencias.

A diversidade religiosa é um dos emblemas que nos remete a historia e tradição Africana. O cristianismo e o islamismo vêm representando tentativas de unificação. No entanto no final do século XX encontramos 300 milhões de cristãos, 300 milhões de mulçumanos e 70 milhões de seguidores de religiões tradicionais africanas, um milhão e meio de hindus. Estima-se que considerando o fenômeno do sincretismo, 30 a 40% dos africanos praticam a religião nativa. O sincretismo aí significa uma combinação de religiões nativas com o cristianismo e o islamismo.

As religiões tradicionais africanas se localizam geograficamente na África Sub Assariana próximas ou abaixo do Equador. A diversificação religiosa no continente e na diáspora africana é tal que nos impede de falar de uma religião africana em particular, o que se constitui em uma questão para pesquisadores que buscam um ponto de articulação dessas religiões. Tem como fundamento a união do mundo dos deuses e espíritos ancestrais ao mundo social dos devotos tradicionais, destacando o sensitivo e a vida em comunidade. A religião na África é um ato diário, e cada grupo particular pode ter a sua divindade de preferência e a sua relação com os ancestrais. Através de performances dramáticas em festejos e cultos, espíritos e deuses assediam os devotos e são incorporados constituindo o fenômeno da Posseção. Os ensinamentos são transmitidos por inúmeras artes verbais e não tanto por escrituras, sendo considerados como meio de transmissão os mitos, enigmas, poesias, provérbios, sonhos e canções, que orientam as práticas dirigindo-as para uma forma de ação a partir de um significado mítico-transcendental.

Duas revoluções alteraram profundamente a cultura e a religião do continente Africano. A primeira decorreu do avanço tecnológico com a construção de navios, que possibilitou o trafico de escravos na bacia do Atlântico. Com a invenção dos barcos a vela, e com a melhora dos mastros e da força de tração, os portugueses no inicio do século XV, navegaram para o sul até o Senegal, no nordeste da África. Isso abriu definitivamente mais uma rota da Europa para a África Sub-Assariana.

A segunda foi o desenvolvimento econômico que tornou o trafico de escravos uma atividade altamente lucrativa. Os portugueses utilizaram o sistema de plantação Mediterrânea para a bacia do Atlântico Sul, revolucionando a economia da produção do açúcar. Quando os dirigentes da Companhia holandesa das Índias Ocidentais expandiram esse sistema pelo Caribe e pela América do Norte, seguiu-se uma explosão de demanda pela mão de obra escrava. Devido ao crescimento da procura por açúcar na Europa, as formas utilizadas pelo cultivo tiveram que se expandir para além das pequenas fazendas do Mediterrâneo. O sistema de plantation que originalmente era um sistema de produção, nesse contexto se tornava um sistema de investimento em terras, processamento industrial, trabalho escravo e sistema gerencial rígido.

Escravos eram comprados no Mediterrâneo em área controlada principalmente por mulçumanos e cristãos. A pratica da escravatura se estabelece como empreendimento..

Os portugueses foram os primeiros a espalhar a pratica pela bacia do Atlântico e os primeiros a suprir o sistema americano de produção de açúcar com escravos africanos. O sistema brasileiro e Atlântico Sul de plantation tornaram-se modelo para a produção de outros mercados.

As estatísticas são variadas. Mas se aceita a estimativa de que cerca de 10 milhões de africanos são trazidos para a América entre 1502 e 1860, sendo que o século XVIII exhibe a estimativa de ingresso 6.200.000 escravos.^{2,3} De 500 a 700 mil desses, são levados para a América do Norte. O restante vem para a América Central e América do Sul. O Brasil figura como o maior importador, apresentando uma cifra em torno de 3.500.000 para todo o período, cuja origem alterna-se sucessivamente entre os negros Sudanese e os Bantus, originários da Guiné, Angola, Moçambique, Congo e Benin. A nossa historiografia registra que a Bahia sempre demonstrou preferência pelos Sudanese, enquanto que Pernambuco e Rio de Janeiro apresentam maior ingresso dos Bantus. Deve ser destacado que embora as estatísticas não venham se preocupando com a computação dos dados de mortalidade durante a travessia, devido as péssimas condições dos barcos ou por fome, sede e doenças, estima-se que de 30 a 50 milhões de africanos morreram na travessia, ou enjaulados nos portos de navios negreiros na África ou ainda em guerras tribais africanas causadas pelas influencias do trafico escravo.

Mas os africanos escravizados não se originam de um continente desorganizado, sem cultura e tradições. Estudos históricos recentes, baseados em minucioso exame de documentos, revelam uma África pré colonial dotada de economia complexa, exercendo domínio técnico variado, exibindo um comer-

cio com mercados mais distantes, vida social diversificada e dotado de organização política-administrativa com verdadeiros impérios centralizados, confederações tribais e cidades-pousadas com seus ricos mercados. Dessa forma os escravos trazidos para as Américas eram acompanhados por suas experiências e culturas. Em particular foram os sacerdotes das religiões tradicionais trazidos como escravos que agindo em sigilo, conseguiram manter a identidade africana, destarte a mistura promovida pelo trafico entre etnias, tribos e clãs.

E eles conseguiram transmitir e manter a força espiritual e a energia, que possibilitou a essas pessoas sobreviver ante aquelas circunstancias devastadoras.

De forma que hoje, em pleno século XXI, o visitante ao chegar a Salvador (Ba), e encontrar as 365 igrejas, os monumentos emblemáticos, os conventos, os bairros mais antigos, será testemunha da opulência e beleza do nosso passado colonial, motivo de orgulho dos Baianos, mas que também evidencia o trabalho e as condições de vida, as que estavam submetidos os nossos antepassados, plasmado na quantidade e qualidade desses monumentos memoriais, construídos sob um sistema brutal de exploração: o ESCRAVISMO.

O registro do nosso visitante será ampliado, com a imagem que recorta o nosso ambiente urbano, formado pelo moderno complexo hoteleiro, grandes instalações comerciais - shopping-centers, supermercados e prédios comerciais - instalações bancárias e financeiras, pelo arrojado Centro Administrativo e Aeroporto, todos, testemunho do trabalho e estilo de vida, dos descendentes dos africanos aqui conduzidos, submetidos hoje, em particular a partir das décadas de 1970/80, a um sistema igualmente de dura exploração: o CAPITALISMO MONOPOLISTA, na sua fase de globalização, em sua expansão para o Nordeste do Brasil.

No entanto, no percurso desse reconhecimento, o nosso visitante há de deparar-se com um painel distintivo: o encontro com as 1.5000 comunidades de religiosidade africana, localizadas em Salvador, denominadas de Terreiro de Candomblé, os vários blocos de Afoxé (antigo Candomblé de rua, que atualmente foram recuperados e usados pelos afrodescendentes durante o carnaval), os Blocos de carnaval de motivação africana, os centros culturais, os bairros e zonas da cidade, considerados como espaço da cultura afrodescendente, a musicalidade, a culinária, as expressões lingüísticas, a roda de capoeira. Nessa dimensão, ilumina-se uma imagem do negro, não mais como “material de construção”,⁴ porem como articulador cultural e agente ativo, na formação de valores e símbolos que persistem apesar das diferentes formas de violência, pre-

conceito e discriminação de que foi vitima ao longo da sua historia, e com os quais, afirma com dignidade, a força da sua cultura e civilização.

PONTO DE PARTIDA

Considerando o variado painel metodológico utilizado pelas diversas matizes de intelectuais para construir e retratar a vida dos afro-descendentes no nosso país e em particular na Bahia, acredito que uma perspectiva merece destaque: a de verificar como os afrodescendentes tem historicamente desenvolvido meios para enfrentar a realidade desfavorável no contexto da sua experiência na diáspora baiana, primeiro no período colonial e em seguida no período republicano até os nossos dias. Nessa perspectiva a possibilidade de uma idéia de cultura como expressão da existência estrutural de um paradigma essencialista é recusada, sendo privilegiada a proposta da existência de um patrimônio em estoque, que ultrapassando os limites da repressão colonial e republicana, é reelaborado por um trabalho permanente nos diversos momentos históricos, em particular, no período do “integração” da região no que poderíamos chamar de Modernização Tardia.

Essa historia, quando relatada por uma expedição Sócio Antropológica, realça a dinâmica de combinações inter culturais, que no processo civilizatorio brasileiro com a escravidão dos africanos, intensifica uma tendência já observada na própria sociedade africana, antes da pilhagem européia, que consiste no entrecruzamento e trocas estabelecidas entre as diferentes etnias que aqui foram reagrupadas. Nessa dimensão somos informados acerca das mudanças das ideologias, dos simbolismo dos ritos e dos mitos, muitas vezes por perdas da sua originalidade significativa e aqui abandonados, ou por mudança devido a fusão e/ou incorporação dos seu elemento em outros sistemas, como não raro ocorreu com o culto a determinado orixás (ver por ex. o culto a Logunedé e a Obá), ou ainda modificações na linguagem sagrada e nas formulas rituais.⁵ Embora se referindo pela denominação as Nações de origem (Keto, Angola, Jeje), encontramos nesses grupos um repertorio de elementos que correspondem a um processo de combinação inter cultural. Essas transações têm um significado histórico, que não deve ser visto como a dissolução das diferenças, mas sim, enquanto uma estratégia com vistas a preservação do Patrimônio cultural comum dos afrodescendentes no Brasil. As outras fontes de permuta considerando o plano da religiosidade é com a religião indígena e com o catolicismo, nomeadamente o catolicismo popular.

Focalizando a dimensão, que considera as relações transculturais dos afrodescendentes com a

classe dominante, destacamos a narrativa sobre as rebeliões escravas ocorridas durante o período da dominação escravista colonial, cujo ícone histórico é o levante dos Males em 1835, e no período republicano, descrevem-se as lutas desenvolvida contra a repressão policial das elites, destacando-se a conquista da liberdade de realizar as cerimônias religiosas nos Candomblés da Bahia sem a necessidade de pedir a autorização da polícia, o que só é constitucionalmente reconhecido em 1975. Nesse contexto é sinalizada como forma fundamental de resistência, a estratégia desenvolvida pelas Yalorixas, lideranças religiosas, também reconhecidas e respeitadas pela capacidade de negociação e pela firmeza na defesa dos seus valores, frente uma sociedade recentemente comprometida com a violência da escravidão, e ainda até o presente, dotada de um subconsciente racista e escravista. Constitui esse estilo, o diferencial na evolução da cultura de origem africana no século passado em nossa terra. Dessa forma podemos compreender como os mais antigos terreiros de candomblé vem hoje, diversificando suas ações, investindo na constituição de museus, centros de estudo e desenvolvimento de projetos na área social, como na Educação, constituindo núcleos de formação onde a pedagogia inspirada nos seus valores culturais, serve de fundamento para o processo educacional. Recentemente o Ile Axé Opo Afonja, o mais tradicional terreiro de candomblé entre nós, fundado em 1913, elaborou projeto de construção de um Hospital, que apesar de recebido com entusiasmo em várias instâncias e instituições nacionais e internacionais, ainda não foi concretizado porque passado mais de 60 anos, a Prefeitura local ainda não conseguiu um terreno apropriado para a sua execução.

De fato, hoje em certa medida, os espaços dessa matriz cultural foram ampliados para diversas instâncias Institucionais, tanto no âmbito estadual como no âmbito nacional e internacional. Poderíamos aqui citar entre nós a constituição do Centro de Estudos Afro Orientais, a Formação da Fundação Palmares, a criação da Secretaria da Reparação e de combate ao racismo, a postura da nossa reitoria da UFBa, entre outras manifestações sintomáticas dessa mudança.

A MODERNIZAÇÃO DA BAHIA

Com o início do processo de modernização tardia da Bahia, reconhecido consensualmente entre estudiosos e pesquisadores de diversas áreas, a partir das décadas de 1940/50, opera-se um conjunto de transformações, que irão modificar, de forma substancial, a estrutura econômica e fisionomia social local, e no plano cultural a inauguração de novos esti-

los de subjetividade e de conduta. A economia local, que vivera uma longa estagnação dos finais do século XIX até a década de 1950, baseada nas atividades de exportação (cacau) e do incipiente incremento dos setores de têxtil, fumo, metalúrgico e de serviços públicos, com a abertura da rodovia Rio Bahia, com os investimentos da Petrobrás, e os efeitos da política de incentivos e subsídios fiscais e financeiros concedidos pelo governo federal através da SUDENE, assiste a implantação do Pólo Petroquímico, Centro Industrial de Aratu, da Usina Siderúrgica da Bahia, do Porto de Aratu entre outros, e em seguida a ampliação e modernização do setor Financeiro, do setor energético, a implantação do grande comércio, e mais recentemente, a informatização do setor de serviços e negócios.⁶ No entanto, essa “revolução industrial”, apresenta efeito limitado na geração de novos empregos, tendo consequências mais expressivas, na modernização do comércio, serviços e construção residencial, sendo que em contrapartida promove a progressiva destruição de atividades econômicas tradicionais como a indústria metalúrgica, a indústria têxtil, a produção de fumo, a atividade portuária e o tradicional setor de serviços.

Salvador nesse período experimenta uma expansão demográfica, na ordem de aproximadamente 1000% –evoluindo de 200 mil habitantes em 1940, para mais de 2.4 milhões no presente– com taxas mais expressivas no período entre 1940/70, reduzindo-se em seguida, principalmente à custa do declínio das taxas de fecundidade e da distribuição do fluxo migratório pelos municípios que compõem a sua Região Metropolitana (1990/2000). Ao mesmo tempo, ocorre o aumento da expectativa de vida ao nascer, promovendo o crescimento do número de jovens em idade ativa, e da população de idosos. Ao nível da estrutura social Salvador, transita de um modelo de estratificação social, para experimentar a formação de classes sociais. Esse processo traduz-se, inicialmente, em certa mobilidade ascendente para pequena parcela dos afrodescendentes, que irão compor a nova classe média e o operariado vinculado aos setores modernos da economia. No entanto para a grande maioria, pobre e analfabeta, a alternativa continuava sendo a economia informal, o emprego estatal, o emprego doméstico, os pequenos negócios e serviços. Inaugura-se, o período da intensificação das desigualdades, da concentração de renda, com o subproduto da segregação sócio-espacial, levando a formação de bairros marcados pela ausência de equipamentos, homogeneização da pobreza e miséria existencial, da formação da marginalidade associada à criminalidade, ao tempo que setores da classe média individualizam-se, social e espacialmente, acreditando no suposto da mobilidade social ascendente.

Desde então é possível perguntar sobre a natureza da sociedade para a qual transitamos. É difícil saber exatamente que interpretação utilizar nesse caso, pois falar sobre a modernização da economia e das estruturas sociais é mais fácil que da modernização da sensibilidade e das formações subjetivas. No estagio que nos encontramos ainda é mister revelar o lado obscuro, e se possível lançar uma nova luz sobre ele.

Aqueles que se constroem e auferem desse processo, traduz em sua conduta uma competição implacável seja com quem for. A palavra de ordem passa a ser INOVAR para manter os seus negócios e a si próprio, sob pena de tornar-se uma vítima passiva. Isso termina por afetar todas as condições e relações sociais. As relações mantidas por idéias tradicionais são varridas do seu universo pessoal e se tornam obsoletas ou quando muito referidas ao folclore da região. O sagrado é profanado, a cultura é estilizada e usada como mercadoria pela lógica do mercado. A elite local aprende a se alimentar não só da mudança, mas da crise e da miséria, que são transformados em possibilidades de auferir vantagens. Para sobreviver é necessário tomar uma forma fluída e aberta, ter prazer com a mobilidade e desejar com ansiedade as futuras alterações que venham a ocorrer em suas condições de vida e em suas relações com outras pessoas. Pessoas são tratadas e vistas como mercadoria ou “como não servindo para nada”.

Não se trata aqui de um registro saudosista e sentimentalista. Mas de uma forma de reconhecer, ainda que de forma superficial, um projeto arduamente construído e que implicou em gasto de imensa quantia de dinheiro e do sentido vital da nova elite. Assim descortinam-se as motivações que irão impulsionar a elite local a tentar moldar a cultura e a sociedade: insaciabilidade dos impulsos e dos desejos, da permanente renovação, do desenvolvimento a custas do comprometimento de vidas em diversos aspectos.

A SOLIDARIEDADE DOS AFRODESCENDENTES

A alternativa da comunidade afrodescendente, frente às modificações ocorridas nesse período, em um primeiro momento, é tomar como sustentação o modelo originário que atravessou a escravidão e venceu a repressão republicana. Trata-se da auto-afirmação fundada na cultura, tendo como referencia a religiosidade do Candomblé, que, desde os finais do século XIX, vem fornecendo um sistema de valores para que os afrodescendentes possam elaborar a partir da sua cultura uma atitude de resistência ante um sistema que impiedosamente tenta colocá-los na marginalidade.⁷

É quando se multiplicam numericamente as comunidades religiosas, fato que ocorre principalmente nas décadas de 1970/80, afirmando de forma enérgica e publica e, seu sentimento de dignidade e sentida de especificidade. Em 1975 um grupo de cinco Yalorixas lança uma carta aberta a Bahia, divulgada pela imprensa local, onde afirmam o rompimento com todas as formas de Sincretismo, e se posicionam contra as tentativas de transformar a religiosidade como instrumento do turismo.⁸ Sequencialmente, ainda em 1970/80, assiste-se a uma autentica reafricanização do carnaval, com o resgate dos afoxés, blocos afros, a reinvenção da musica “negra”, a redefinição das festas populares e de largo (ciclo de festas que se estende do início do mês de dezembro ao mês de março), a renovação dos costumes dos jovens afrodescendentes (roupa, cabelo, adereços...), surgimento de grupos de rock, hip-hop, reggae, teatro e ampliação dos espaços destinados à cultura afro (Pelourinho). Como uma poderosa força de atração, a herança cultural dos africanos que aqui chegaram, permanece sendo o fundamento da identidade e comportamento racial, de jovens, de mulheres e adultos, além de constituir-se em atividade econômica, importante (comercio de bebida, de alimento, de artesanato, tecidos, de produtos típicos, e atividades vinculadas ao turismo) para a composição da renda familiar.

Nesses espaços, os indivíduos deixam de ser desempregados, carregadores, costureiros, empregado domestico, biscateiros, artistas, médicos, educadores, advogados ou políticos, para se hierarquizar de acordo com os sistemas de valores da matriz cultural do grupo de pertencimento. Dessa forma, constituindo um traço característico do período, as manifestações e grupos culturalmente informados, assumem uma condição necessariamente ambígua, como uma construção substitutiva e um espaço de reelaboração do patrimônio cultural.

Expressivo no contexto atual da luta da comunidade afrodescendente, é o surgimento de grupos informais e/ou de base técnico-profissional, que se pautam por uma ação mais político e social que cultural em sentido etnológico. Tratam-se dos novos parlamentares em nível municipal, estadual e federal, de núcleos com autodenominação específica vinculado a associações de bairros e sindicatos, dos grupos de assessoria a secretarias e mesmo ministérios como o da Cultura e da Reparação racial, dos núcleos de profissionais liberais como advogados, sociólogos, economistas, médicos e pedagogos, que, baseando-se nos modernos movimentos políticos e sociais da diáspora africana e na sua sensibilidade diante da realidade local, vem traduzindo novos valores e dimensões sociais para a comunidade afrodescendente, particularmente o da Solidariedade e

Compromisso, na luta contra a marginalização, racismo e exclusão social.

Convém registrar que as formas de organização e de solidariedade da comunidade afrodescendente entre nós, foi diversificada ao longo da sua história, e vem sendo afirmada pela ação da suas lideranças mais expressivas, devendo ser citados entre muitos outros, o legendário Manoel Querino, o honorável advogado Maxwel Porfírio, esse, pai do nosso eminente Psiquiatra Dr. George Alakija, o grande articulador Edson Carneiro, e Marcos Rodrigues dos Santos, idealizador da frente Negra fundada na Bahia em 1932.

No entanto, apesar da necessidade de implementar políticas sociais que priorizem o desenvolvimento e a redução das desigualdades, lastreada por um plano de investimentos prioritário e consistente, complementada pela necessária e possível mobilização de uma rede social/cultural de solidariedade, assistimos em sentido contrario no nosso Estado nas ultimas décadas, a expansão da Indústria Cultural, que articulada em nível governamental a Indústria de Turismo, tem por inspiração fundamental, o controle das manifestações culturais, mediante o uso de mecanismos que privilegiam as formas e expressões assimiláveis pelos padrões da globalização, associados a tradicional atitude de co-optação de grupos e lideranças.

Como consequência dos fatores acima referidos, associados a extensão e velocidade dos processos sociais nas ultimas décadas do século XX, tendo por base o crescimento da base populacional da cidade, a migração, a crise habitacional, o aumento do numero de invasões, o deslocamento da população de baixa renda para periferia, a falta de oportunidade de emprego, a crise do parque industrial, a retração do emprego estatal, a estagnação da oferta de equipamentos essenciais à população nas áreas de educação e saúde, a ausência de políticas compensatórias, assistimos ao crescimento de uma crise social que se prolonga sem solução nos marcos do atual modelo de desenvolvimento e da forma patrimonial de apropriação do Estado e da coisa publica.

Aprofunda-se entre nós, o fenômeno da exclusão social, em uma escala que ultrapassa as possibilidades alternativas, oferecidas pela tradicional rede sócio/cultural de apoio, resultante do inusitado crescimento da desigualdade de renda e concentração da riqueza em mãos de um numero reduzido de famílias em Salvador. Segundo o Atlas da Exclusão Social no Brasil Vol. 3: os Ricos no Brasil, em 2000, Salvador, de 651.300 mil domicílios recenseados, é residência para 15.182 famílias que são consideradas ricas, e que concentram 59,5% da renda dos ricos do estado.

Enquanto isso, famílias vivem um cotidiano de privações, humilhações e agressões. Jovens são impedidos de trabalhar, pela ausência de emprego ou devido à aparência física. Cresce um sentimento de frustração e inutilidade diante dos obstáculos a realização de projetos de animação da vida. Ganha status de ideologia a noção do “não ter nada a perder”. Estabelece-se como rotina o ócio improdutivo e precária a formação educacional publica. Editam-se novos estereótipos associando na mesma imagem, o pobre, preto e marginal. Surge então em nosso contexto, uma ideologia incapaz de gerar processos identitários positivos, que conduz indivíduos ao desenvolvimento de conduta social reativa modelada pela raiva e aflição pessoal, possibilitando a formação de subgrupos, cujos vínculos baseiam-se na condição de excluídos, fazendo do uso da violência um meio de vida. Transformam-se as escolas em área de conflitos, aumenta a família madrecentrica. Surge o problema da infância abandonada. Forma-se a população de meninos de rua, atualização perversa dos Capitães de areia retratados pelo escritor Jorge Amado na década de 1930.

Em nível da Saúde Mental, torna-se expressivo e verificável nos arquivos do sistema, o aumento da incidência de neuroses, em particular, as ansiedades e depressão entre as mulheres, e o abuso e dependência de álcool entre os homens, e mais recentemente entre as mulheres e jovens, dados que vem acompanhados do aumento do uso e comercialização de drogas, entre os adolescentes e meninos de rua.⁶

Correlatamente, assistimos ao desenrolar do dilema do individuo portador de Transtorno Mental Crônico, os deficientes, os inválidos físicos e psíquicos, os dementes, os esquizofrênicos residuais e dos portadores de doenças crônicas que necessitando de cuidados sociais, e de assistência à saúde, encontram-se ainda quase exclusivamente sob os cuidados de uma rede de assistência, inadequada e insuficiente.

O desemprego prolongado, a desagregação familiar, o racismo, o comprometimento do gênero e da infância, a ausência de perspectivas, o sentimento de fatalidade e de inferioridade, a falta de conhecimentos, a mobilidade descendente, geográfica e social, a subalimentação, a correlata conduta violenta, são a base que atuando de forma intensa e prolongada, expressam a atual importância dos fatores psicossociais no âmbito da saúde mental, e a que denominamos de A PSICOPATOLOGIA DA EXCLUSÃO.

A PSICOPATOLOGIA DA EXCLUSÃO

Pretendemos com essa expressão caracterizar não uma nova síndrome, que venha a ser reduzida a uma

dimensão clinicoterapêutica. Na realidade não estamos nesse nível, tratando de doenças. Mas da dimensão alcançada pelos novos desafios que se colocam ao longo das ultimas décadas aos homens de sensibilidade e espírito de solidariedade, e em particular a comunidade dos Afrodescendentes em Salvador: a manifestação, em indivíduos ou em grupos, de processos produzidos por desigualdades sociais e econômicas, e pela violenta discriminação das diferenças. Esses transtornos adquirem representatividade nas nossas estatísticas, expressando-se especialmente através dos eventos designados sobre a rubrica de acidente por causas externas. Estima-se em Salvador, ocorrência de 3.369 assassinatos entre 1996/99. São destacados os bairros mais pobres, onde reside a maioria negra da cidade, como os de maior índice de violência e de vítimas de tais atos.

Situações como essas, entendemos, que podem ser controladas, mediante o desenvolvimento de políticas públicas, que priorize o investimento e ampliação dos equipamentos sociais, como também pelo melhor aproveitamento e redirecionamento dos recursos existentes.

É perceptível que enquanto profissionais de saúde de pouco ou nada podemos fazer referente a ação e efeitos de tal contexto, enquanto permanecermos nos marcos do modelo biomédico de definição da saúde/doença, e portanto não reconhecendo que hoje a morbidade no plano da saúde mental, responde mais as questões postas pelas condições e situação de vida da nossa população, do que pela causação biológica.

Dessa forma é urgente uma reflexão dos profissionais, mesmo na vigência do atual modelo sócio político e econômico, acerca das suas responsabilidades específicas e da necessidade do desenvolvimento de políticas intersectoriais.

No entanto apesar dos limites existentes e que com especial força se opõem as modificações mais substantivas nas políticas sociais, comprometendo inclusive o sucesso programas setoriais, devemos assinalar o efeito positivo ao nível da Saúde Mental, do movimento de Reforma Psiquiátrica desenvolvido entre nós a partir da década de 1990, atualmente em processo de refluxo, em particular na compreensão dos mecanismos do transtorno mental e na organização dos serviços psiquiátricos:

1. Registra-se uma diminuição dos leitos manicomiais, e perda da vigência do hospital psiquiátrico.
2. Consolida-se em alguns setores profissionais, a cultura de uma assistência à saúde mental baseada na equipe multiprofissional e no modelo comunitário.
3. Modificação na atitude de rejeição e discriminação da pessoa portadora de distúrbio mental.

4. Maior interesse na integração com os serviços de cuidado à saúde geral, e o desenvolvimento de algumas experiências de serviço psiquiátrico em hospital geral.
5. Desenvolvimento de projetos voltados à reabilitação das doenças crônicas, e a reinserção sócio-cultural dos pacientes.
6. A eleição pelo Ministério da Saúde, da estratégia de assistência integral a saúde, baseada no programa de Saúde da Família, como instrumento privilegiado de política nacional de promoção à saúde, que vem criar possibilidades de ampliação das ações em Saúde Mental.

Por outro lado, não devemos eludir que vivemos em uma sociedade, que vem negando sistematicamente aos seus cidadãos, em toda a sua história recente e passada, a possibilidade da construção de Estado Democrático e Social, capaz de assegurar a presença pública, em termos de política social, nas áreas de educação, alimentação, emprego, saúde, previdência, habitação e cultura. O que se assiste hoje, é o esforço no sentido de afirmar uma tendência de restrição progressiva da presença do Estado na área social, transferindo essa função para as Organizações Não Governamentais (ONGs), e/ou para grupos da iniciativa privada, através da implementação de políticas de Terceirização.

CONCLUSÕES

Enquanto Psiquiatras, somos convidados, a reconhecer que no cotidiano e na história do nosso povo, encontramos um sem numero de fatos significativos e motivações que sugerem a possibilidade de novos pontos de articulação com a cultura, capazes de tornar o nosso trabalho mais criativo e adequado ao seu contexto. Nesse aspecto, o conhecimento e a assimilação crítica dos exemplos dos nossos antecessores, no caso da Bahia, de Nina Rodrigues a George Alakija, passando por Juliano Moreira, Arthur Ramos, Nelson Pires e Rubim de Pinho, torna-se indispensável para que no presente possamos contribuir para o engrandecimento da Psiquiatria brasileira e latino-americana. No entanto não podemos esquecer que a nossa fragilidade não se refere ao nível das proposições e teorias, e sim a ausência de um contexto político-econômico favorável a implementação de das mudanças requeridas há mais de um século.

Como conclusão, faço a transcrição de um dos itens da resolução estabelecida no Simpósio de Boston/USA, realizado em novembro de 2002, reunindo psiquiatras de vários países da Diáspora Africana, cujos trabalhos são publicados no site: www.massgeneral.org/diaspora.

“A adaptação e utilização do paradigma da Resiliência, mais que o paradigma da patologia, foi identificado como o um dos fundamentos para proporcionar mudanças necessárias na Psiquiatria e saúde Mental, que sejam relevantes para a vida cotidiana das pessoas e comunidades afrodescendentes.

Um paradigma baseado no conceito de Resiliência, constitui uma tentativa de compreensão das tendências das manifestações do Transtorno Mental, entre o povo afrodescendentes, em uma perspectiva de adaptação positiva frente aos estressores externos e aos traumas. A utilização enquanto estratégia de resistência de recursos individuais e comunitários é o dado mais significativo para um modelo de saúde mental, que o uso dos conceitos de reatividade ou do modelo de disfuncionalidade, que domina o pensamento psiquiátrico ocidental.

Quando o paradigma teórico e a perspectiva clínica derivado da resiliência é assimilado de forma operativa, há uma mudança relevante na questão que se coloca para os profissionais e o sistema de saúde: da interrogação sobre, **PORQUE EXISTE UMA ALTA INCIDENCIA DE DISTURBIO MENTAL, USO ABUSIVO DE SUBSTANCIAS PSICOATIVAS E ALTERAÇÃO DE CONDUTA ENTRE OS AFRODESCENDENTES**, passamos para uma formulação mais apropriada, **PORQUE NÃO EXISTEM MAIS PESSOAS AFRODESCENDENTES QUE SOFREM DE TRANSTORNO MENTAL, USA SUBSTANCIAS PSICOATIVAS, E APRESENTAM ALTERAÇÃO DE CONDUTA?**

A compreensão da proteção terapêutica que acompanha as crenças espirituais africanas, dos rituais e cerimônias, os valores culturais, as normas

sociais, os sistemas comunitário e familiar, contra a destruição provocada pela opressão e privação social e psicológica, são áreas de capital importância para a pesquisa e intervenção clínica, que assegurem importante potencial resolutivo para os problemas mentais e físicos da saúde dos afrodescendentes no mundo inteiro.

O paradigma da Resiliência é relevante para o presente e o futuro da Saúde Mental dos afrodescendentes, e faz parte do contexto primário onde encontramos os fatores etiológicos e de risco do Transtorno Mental entre os afrodescendentes: o **RACISMO** e a **DISCRIMINAÇÃO SOCIAL**.

REFERENCIAS

1. Thornton JK. Africa and Africans in the making of the Atlantic world, 1400-1800. The Press Syndicate of the University of Cambridge; 1992.
2. Mattoso KMQ. Ser escravo no Brasil. 3ª edição. Editora Brasiliense; 1990. En: Da revolução dos alfares a riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiografia. Salvador: Corrupio, 2004.
3. Bastide R. Les religions africaines au Brésil. Vers une sociologie des interpenetrations de civilisations. Presses Universitaires de France; 1960.
4. Braga J. Na gamela do feitiço. Repressão e resistência nos Candomblés da Bahia. EDUFBA; 1995.
5. Lima VC. A família de Santo Nos Candomblés Jeje-Nagô da Bahia. Um estudo de relações intergrupais. 2ª ed. Salvador: Corrupio, 2003.
6. Bahia: Análise e dados, 9, (4): 2000.
7. Bahia: Análise e dados, 11, (1): 2001. Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia.
8. Bacelar J. a hierarquia das raças. Negros e brancos em Salvador. Rio de Janeiro: Pallas; 2001.
9. Campos VF. Mãe Stella. Perfil de uma liderança religiosa. Jorge Zahar (Editor); 2003.

Recibido: Outubro 26, 2004.

Aceptado: Diciembre 7, 2004.